

**QUANDO A MEMÓRIA TRADUZ SENTIMENTOS:  
Narrativas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)<sup>1</sup>**

Jaime Cuéllar Velarde<sup>2</sup>  
Agenor Sarraf Pacheco<sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho analisa experiências de sujeitos culturais paraenses que vivenciaram práticas de exceção agenciadas pela Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense, no período de 1964-1985. Fundamento em conteúdos e performances corporais captados em narrativas orais e operando com perspectivas de análise dos Estudos Culturais e da História Oral, o artigo explora sentimentos que afloram nas memórias dos entrevistados para perceber como, no contexto da pesquisa, traduziram avaliações, posições, visões de mundo acerca das difíceis experiências pessoais e coletivas compartilhadas nos tempos do golpe militar. Como resultado a *perplexidade*, o *orgulho*, o *medo*, o *ressentimento*, a *esperança* e a *superação* são sentimentos mais perceptíveis nas narrativas. Todos os narradores, de alguma maneira, deixaram mais que registros de memórias. Causaram algum tipo de ensinamento para uma postura de vida mais equilibrada, menos caótica e mais humana.

**Palavras-Chave:** Memórias; Experiências; Ditadura Civil-Militar; Amazônia Paraense.

**Abstract:** The work analyzes experiences of cultural paraenses people that lived practices of exception agencied by the Civil-military Dictatorship in Para's Amazon in the period of 1964 -1985. Reasoned in contents and corporal performances captured in oral narratives and operating with perspectives of analysis of the Cultural Studies and of the Oral History, the article explores feelings that emerge in the interviewees' memory to realize how, in research's context, they translated evaluations, positions, worldviews about the difficult personal and collective experiences shared in the times of the military coup. As result the perplexity, the pride, the fear, the resentment, the hope and the superation are more perceptible feelings in the narratives. All of the narrators, somehow, left more than memoirs registrations. They caused some kind of teaching for a life posture more equilibrated, less chaotic and more human.

**Keywords:** Memories, Experiences, Civil-Military Dictatorship; Para's Amazon.

## **Introdução**

Para mim o aprendizado, o maior aprendizado que a gente pode ter tido com a ditadura foi o valor da liberdade (...). Nós defendíamos a liberdade de opinião para ser contra a ditadura. Eu não posso depois disso honestamente ser a favor de uma ditadura de esquerda (...). Da cultura, da área da literatura, na área de cinema, na área de teatro, seja de esquerda, seja de direita. Ou seja, eu tenho que me respeitar. Eu tenho que respeitar o que eu disse para sair da ditadura, para ser contra a ditadura, com a volta do estado de direito. Toda aquela luta, eu não posso trair aquilo (...). Aquilo impregnou na minha vida (Pedro Galvão de Lima, entrevista em 25 de maio e 24 de agosto de 2011).

Pedro Galvão, publicitário na cidade de Belém, foi preso em 1º de abril de 1964. Estava junto a outros acadêmicos da União Acadêmica Paraense (UAP) quando foi identificado como perigosa ameaça subversiva e recolhido na Quinta Companhia de Guardas<sup>4</sup> por 59 dias. Este narrador deseja ser percebido como sujeito “impregnado” pelos ideais defendidos desde os tempos do golpe de 1964. Assim como os demais narradores deste artigo, o trecho acima é recheado de orgulho pela experiência vivida, mesmo com os reveses sofridos (perda de oportunidades de trabalho, amigos se distanciando, prisões sofridas) há diversas passagens na narrativa com posturas de altivez por ter pertencido ao seletivo grupo que ousou enfrentar a ditadura pela via democrática.

Toda a argumentação deste texto está inserida ao rol de necessidades políticas gestadas a partir da particular experiência de ler “1964. Relatos subversivos: os estudantes e o golpe no Pará”. Era um lançamento inovador para compreender a história do golpe e posterior ditadura civil-militar no Pará sob a perspectiva das memórias de um grupo de estudantes. O texto bem escrito de Pedro Galvão naquela edição foi, provavelmente, o que mais venceu meu juízo de valor, apesar de todos os memorialistas serem de boa cepa na escrita.

Após aquela leitura minhas posturas políticas acerca de todo o processo ditatorial foram abruptamente modificadas. Passei a frequentar fóruns de discussões via internet, com a presença de inúmeros personagens que se afirmavam ali como protagonistas e antagonistas do Golpe Civil-Militar e de todo o processo. Busquei obras especializadas em sebos e bibliotecas que pudessem nutrir minhas inquietações políticas e acadêmicas. Sem perceber, já havia sido fisgado pela temática e a saída, mesmo que não a desejasse, já me era impossível.

O *ressentiment* nietzschiano, só mais tarde aqui esci, já estava presente naqueles sujeitos como os quais eu dialogava. A condição de criminosos, perigosos ou subversivos, construída desde a década do golpe, passava por um processo metamórfico migrando do negativo para o positivo. Vecchi (2004) bem alerta para uma geração “ressentida”, referindo-se ao grupo de pré-modernistas brasileiros, mas, vai além ao inspirar inferências acerca das personagens amazônicas convencionadas como cânones da resistência: os narradores presentes nesta análise, a partir de ações cotidianas, puseram-se outras imagens identitárias de si. Deixaram de ser meramente jovens com “passado criminoso” para idealistas que lutaram por um mundo melhor, conforme concluo em meu texto dissertativo. Obviamente, a interpretação positiva destes sujeitos e suas ações começa a ser construída – especialmente

dentro do circuito acadêmico – a partir da publicação de “1964. Relatos subversivos”, em 2004 e, é claro, passados (des) confortáveis 40 anos do fatídico ano do golpe. Momento, aliás, em que a Universidade Federal do Pará chamou para si a responsabilidade de discutir a temática do golpe e ditadura.

Naquela ocasião, outras produções lançadas ao mercado editorial no mesmo ano traziam à tona a temática da Ditadura Civil-Militar em esfera nacional. Dentre os principais, destaco os trabalhos de Kushnir (2004), Fico (2004), Reis (2004), Motta (2004) e Ridenti (2004). Por ser um ano emblemático para a temática ditatorial por conta dos 40 anos de Golpe Civil-Militar, estas produções semearam perspicácias para pesquisas enviesadas com o mesmo teor. Assim me percebi *convidado* a pesquisar mais sobre a seara. Entretanto, entre todas aquelas obras faltavam produções que melhor contemplassem a realidade amazônica.

Élio Gaspari, com dupla edição intitulada “A ditadura escancarada” e “A ditadura envergonhada”, ambas publicados em 2002, davam subsídio para compreender aquela época dentro de novas perspectivas para além do enquadramento meramente político ou econômico. Seu olhar se direcionava para análises envolvendo sentimentos, em especial o uso intransigente da violência e vergonha latente daqueles que perpetraram abusos de poder, respectivamente.

“O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)”, lançado também em 2004, e organizado por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta, trouxe, talvez, o maior fôlego para a pesquisa *sub judice* dos Estudos Culturais, campo teórico-metodológico interdisciplinar e, muitas vezes, indisciplinado por implodir convenções (NELSON et al., 2005). As análises ao explorarem novas fontes tais como charges, músicas, depoimentos, jornais, possibilitaram encenar a memória (REIS, 2004) e as múltiplas temporalidades na escrita sobre o tema da Ditadura Civil-Militar (DELGADO, 2004).

Marcelo Ridenti, um dos autores de “O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)”, em 1993, havia lançado “O fantasma da revolução brasileira”, em alusão às derrotas acumuladas pelas esquerdas brasileiras. Desde as músicas de protesto capitaneadas por Chico Buarque e Caetano Veloso, até a Guerrilha do Araguaia, com as inúmeras mortes no interior do Brasil, o autor discorreu sobre acertos, avanços e retrocessos da luta engajada contra a Ditadura Civil-Militar. Entretanto, era o ano de lançamento daquele trabalho de 1993. A ditadura havia capitulado recentemente (1985), com eleições diretas para presidente somente em 1989. Ou seja, sua pesquisa estava impregnada por ranços imediatistas que

exigiam mais pressa nas mudanças sociais e políticas do país. Situar este trabalho no tempo-espaço para ser analisado é ação fundamental para a escrita da história.

Ao iniciar a pesquisa para o mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura na Universidade da Amazônia (UNAMA), debrucei-me sobre a literatura especializada na Amazônia Paraense. Somente naquele momento, percebi o quanto a temática da Ditadura Militar em nossa região ainda carece de maiores investimentos acadêmicos. Em honrosa exceção figura “Chão de Promessas”, de Pere Petit (2003). É a principal obra sobre as trajetórias em confronto com lutas pela terra, redemocratização e rumos políticos da Amazônia nos tempos de exceção. Sua análise recai sobre os principais eventos governamentais causadores de mudanças no quadro econômico, político e social da região desde os tempos do *boom* da borracha até a Nova República (1995).

A dissertação de mestrado de Tony Leão da Costa intitulada “Música do norte: intelectuais, artistas populares, tradição e modernidade na formação da “MPB” no Pará (anos 1960 e 1970)”, produzida no do Programa de Mestrado em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, em 2008, também figura entre as principais leituras sobre o tema. A pesquisa de Costa tangencia a temática ditatorial de modo bastante engenhoso: sob o artifício de compreender os percursos da música produzida no período naquela década, mergulha em censuras, decretos e artifícios institucionais autoritários. Tem também o mérito de recorrer à História Oral enquanto método interpretativo nas humanidades, inovando na produção sobre a temática na Amazônia Paraense ao apresentar vozes de “intelectuais” e “artistas musicais” antes marginalizados pela produção historiográfica.

Carlos Eduardo dos Santos e Santos, Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, em 2011, com o trabalho intitulado “Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)”, também adentra no rol de produções sobre a temática ditatorial. O trabalho prestigia atores sociais que, ao longo do processo de arbitrariedades, foram os únicos a falar: os próprios militares. Por outro lado, tem o mérito de recorrer aos contemporâneos do período em tela.

Raquel Cunha, em Trabalho de Conclusão de Curso, produziu a pesquisa com o título “Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964: paisagens e memórias de estudantes e artistas”, de 2008. A pesquisa percebeu cinco personagens da época do Golpe Civil-Militar com enfoque antropológico. Alguns dos seus entrevistados eram os mesmo memorialistas do

livro “1964. Relatos Subversivos”. As pistas daquela averiguação produziram um percurso bem diferenciado, pois carregam o mérito de ser o primeiro trabalho das humanidades, no circuito da academia amazônica, a prestigiar a narrativa feminina naqueles tempos: a professora Violeta Loureiro.

De posse destas leituras, senti a necessidade de visibilizar memórias e experiências de outros sujeitos capazes de produzir maior entendimento acerca do cotidiano conflituoso vivenciado nos tempos de exceção na Amazônia Paraense. Optei em dar ouvidos aos testemunhos de “sujeitos culturais” como porta-vozes daquele período. Sujeitos culturais é utilizado para denominar agentes contemporâneos ao Golpe Civil-Militar que de alguma forma criaram táticas de resistência ao regime.

Neste sentido, “1964. Relatos subversivos”, por ser uma produção gestada a partir das memórias de seus autores, foi a obra seminal para a pesquisa e, conseqüentemente, para a urdidura desta escrita. Justamente por tratar-se de um livro de narrativas experimentadas em tempos traumáticos, cujo cerne eram os jovens estudantes à época do Golpe Civil-Militar, notei ser um belo mote para iniciar a escrita.

As narrativas para urdir a dissertação de Mestrado que subsidia este artigo, fundamentam-se em entrevistas, especialmente, de Pedro Galvão de Lima, João de Jesus Paes Loureiro, Alfredo Oliveira, André Avelino da Costa Nunes Netto, Cláudio Barradas, Dulce Rosa Rocque Bacelar e José da Silva Seráfico de Assis Carvalho. Estes sujeitos culturais, por agirem às margens do poder ditatorial, urdindo táticas diversas para burlar a ditadura, foram tachados de subversivos, perigosos, comunistas, perigosos, vermelhos.<sup>5</sup> Por meio de entrevistas, tratei de capturar estas narrativas, perceber suas nuances, mapear sentimentos, analisar os discursos performáticos, foram alguns dos ofícios que impus para esta abordagem sobre o episódio conhecidos como “Ditadura Civil-Militar (1964-85)”.

Além das entrevistas catalogadas, entrei em contato com estes narradores em vezes incontadas, seja por e-mail, telefonemas ou conversas informais. Dos sujeitos acima, somente Dulce Rosa de Bacelar Rocque e Claudio Barradas não tinham trajetórias de militâncias políticas-partidárias antes do golpe. João de Jesus Paes Loureiro tinha aproximação com o Partido Trotskista, mas não deu seqüência à ofensiva partidária, optando por investir forças e energias na vida acadêmica. Após o 1º de abril, Dulce Rosa foi cooptada pelo Partido Comunista; Claudio Barradas seguiu sua trajetória no teatro e, em 2002, foi ordenado padre da Igreja Católica. Os demais seguiram na militância em prol da redemocratização do país.

Os relatos, todos eles dolorosos, envolveram-me de paisagens éticas, político-econômicas, sensações de impotências diante do potentado que foi o regime civil-militar. As memórias de vida ganharam contornos de inenarrável descrição tamanha as paixões como eram registradas em minhas lentes. Deixaram de ser *meros* relatos para fazerem-se documento de orientação-denúncia para as gerações vindouras. Advertências feitas no plano simbólico que, especialmente, Naxara (2004) e Vecchi (2004), valendo-se da *Genealogia da Moral*, de Nietzsche, chamaram de *identidades ressentidas*. Ou seja, personagens atuantes em diversos palcos, mas imbuídos e atravessados sempre pelo mesmo traço do sofrimento provocado pelo espectro ditatorial.

De fato, se concordarmos com a tese de Ansart (1997) de que há dialética seja na força exacerbada das ações institucionais, seja nas paixões de todo indivíduo da espécie humana, então devo considerar a sutileza (ou virulência) de dinâmicas que implodem – assim como movimentos para transformar – jugos do poder instituído. Desta forma, militares e civis ao imporem seus projetos de poder para a sociedade, política e economia brasileira e/ou amazônica, provocaram incontidas e apaixonadas ações de antagonismos sob o mote da liberdade. Trabalhadores e estudantes construíram outras agendas para além do espaço fabril e/ou universitário, perfazendo atividades de enfrentamento, tais como constatei ao longo da pesquisa. Assim, Ansart ultrapassa a prerrogativa marxista, mas valendo-se da mesma, de que as ações humanas estivessem amalgamadas unicamente pelas determinações político-econômicas para estarem imbricadas também por paixões, medos, recalques: ressentimentos criativos, conforme continuamente assinalo.

Thompson (1987), alertou para a onipresença dos militantes da causa da formação das classes operárias em seus fronts de batalha bem antes dos inícios de enfrentamentos com as classes burguesas. Não surgem “como o sol”, alertava. Da mesma forma, os narradores da resistência ao projeto de poder civil militar sempre estiveram à postos. Construíram-se, é claro, mas não foi uma aparição mágica e sim produto de condições sociais e culturais dadas na inter-relação com a política e as diversas formas de poder. Retomando e valendo-me novamente de Ansart (1997), a resistência ao estado de exceção existia antes mesmo do golpe, uma vez que o desejo de liberdade é inerente ao sujeito social.

O mergulho no conjunto de depoimentos orais reunidos permitiu acionar zonas de sensibilidades adormecidas, quando a memória traduz sentimentos e desperta o desejo de luta contra atitudes e posturas tidas como desprezíveis na condição humana. A temática da

Ditadura Civil-Militar no Brasil e, especialmente, na Amazônia Paraense, fez-me compreender o quão são caros os estudos de temas sobre as lutas em torno do poder, liberdade, direitos humanos. Aqui reside uma contribuição para compreender as teias do Golpe Civil-Militar na Amazônia Paraense.

### **Caminhos da Pesquisa**

A violência institucional contra as liberdades individuais foi engendrada a partir de uma política de Estado que não hesitou em mostrar-se forte ou parecer antipática à opinião pública. Esta última opção, aliás, nunca foi claramente conhecida ou divulgada pelos meios midiáticos. O alardeado “milagre econômico”, no início dos anos 1970, o advento da televisão em cores, as transmissões da Copa do Mundo de Futebol de 1970 e 1974, o sucesso das telenovelas, a música da jovem guarda (capitaneada por Roberto e Erasmo Carlos), tudo isto serviu de subterfúgio para que a grande imprensa, comprometida com o processo de caça aos subversivos, não mostrasse as posturas contrárias à Ditadura Civil-Militar.

Outro aspecto a ser mencionado são os fortes aparatos de censura existentes externa e internamente nas empresas jornalísticas. A censura enquanto mecanismo de controle social, por exemplo, é mencionada em diversos trabalhos, tais como: Mariani (1998), Berg (2002), Martins e Luca (2006), Silva (2010), Aquino (1999), Orlandi (1997) e Kushnir (2004). Aquino (1999) e Kushnir (2004), por exemplo, são enfáticos em denunciar as posturas acovardadas dos empresários da imprensa. As autoras põem em circulação a categoria “censura prévia” como estratégia de manutenção de privilégios junto ao governo militarizado. Com esta postura, censurando os próprios editoriais sem esperar pela intervenção do órgão oficial, muitos jornais conseguiram obter favores ao longo dos 21 anos de censuras. E ainda hoje sustentam suas audiências e leitores colhidos desde os tempos de convivência com o regime.

Mariani (1998), valendo-se da perspectiva interpretativa da Análise do Discurso, por meio de jornais percebe ao longo do período ditatorial uma série de silenciamentos (alguns forçados, outros sagazmente de propósito), no que diz respeito à trajetória do PCB no país. Assim, Mariani aponta um importante aspecto a ser mencionado neste momento: nem sempre o leitor (e/ou não leitor) apreende o discurso jornalístico enquanto *modus operandi* de manutenção do poder. Significa dizer que as empresas jornalísticas mencionavam somente aquilo que fosse agradável ou interessante ao regime por meio de matérias eivadas de

preconceitos contra o comunismo ou quem fosse atrelado a este ideário. Com raras e honrosas exceções, a trajetória do PCB nos jornais de grande circulação no país era satanizada enquanto postura de esquerda. O grande público poderia, e deveria, ser manipulado sem esboçar reações. Era o que pretendiam os ideólogos do regime.

As análises em torno da censura e discursos jornalísticos explicam como os discursos da mídia foram responsáveis, em larga medida, pelos depoimentos dolorosos de José Seráfico de Carvalho, André Costa Nunes e Alfredo Oliveira. Estes foram os depoentes que deixaram entrever todo o cenário de repressão da ordem institucional. O padre teatrólogo Cláudio Barradas, por estar aparentemente neutro nas posturas partidárias, ora sofria, ora era privilegiado, por adotar tal atitude. Dulce Rosa e Pedro Galvão de Lima, mesmo tendo migrado para a URSS/Itália e Rio de Janeiro, respectivamente, também sofreram com os discursos uniformizados da direita no poder, já Paes Loureiro, nem sempre buscando uma postura esquerdista, mas inconformado com a violência, repressão e censura, era criminalizado com o epíteto de *ameaça vermelha*.

Neste ambiente hostil, os narradores produziram suas ações de diálogo com o poder institucionalizado e outros círculos de atuação. Produziram poesias, peças teatrais, enviaram cartas, medicaram, sofreram. Nenhum deles se alijou do dever imputado por eles mesmos quanto à obrigação de lutar, por meios democráticos, com perspicácias e malícias, contra a Ditadura Civil-Militar instalada desde o famigerado 1º de abril de 1964. Sobre esta atividade política, Ansart (1987) bem alertou para a valorização da liberdade como intrínseco ao gênero humano. Assim, as peijas de enfrentamento tinham em comum o mesmo antagonista. Na mesma proporção com que o Estado impunha políticas de truculência, os estudantes e demais setores da esquerda amazônica puseram-se a urdir ardilezas de oposição. De outra forma, se de um lado havia projetos de poder por parte de elites civis e militares; de outro, um sólido, ainda que pontilhado, outros projetos de resistência se gestavam e articulavam na mesma intensidade.

Para perceber os meandros das resistências naqueles tempos, tratei de analisar as performances da língua e do corpo como expressões culturais que produzem outras imagens em movimento. O objetivo desta atitude foi mapear e analisar sentimentos manifestados ao longo da entrevista por intermédio de um esquema metodológico capaz de valorizar os corpos dos entrevistados em confluência e possível contradição com suas falas. Neste percurso,

demorei-me nos vídeos dos entrevistados para captar sentidos do discurso oralizado e dos corpos performatizados.

Em diversas passagens das narrativas, o fato de ter criado inúmeras formas para driblar os autoritarismos foi motivo de sorrisos, algumas gargalhadas, peitos à frente, queixos erguidos denotando emoções orgulhosas, outras vezes pesarosas, acerca daqueles tempos. Estive atento também à entonação da voz para perceber sentimentos de vitórias e derrotas diante do adversário mais forte. Assim, diversos sentimentos presentes nas ações de dissidentes por meio de textos escritos, narrados e performáticos, mesmo que em momentos esporádicos, estarão contemplados doravante.

A metodologia emergiu como propícia para se trabalhar jogos de memória há muito marginalizadas e não exploradas pelos circuitos oficiais da produção historiográfica. Há de ser considerado o tempo transcorrido desde o golpe até o presente momento. Ou seja, em geral os contemporâneos ao abril de 1964 já ultrapassaram a barreira das seis décadas. Assim, é *mister* pôr em circulação possibilidades de análise que estes sujeitos possam apresentar.

Nas observações posteriores aos *types* das entrevistas, minha sensibilidade percebia um elemento de diapasão em todos os narradores: as dores, remorsos, impotências, presentes na voz e no corpo. Sentimentos que insistiam em fazer-se presentes mesmo após quase meio século de histórias vividas. Deparei-me então com questões sensíveis de um ressentimento onipresente. O repertório da auto representação identitária daqueles sujeitos estava envolto naquilo que Vecchi (2004) percebeu como o sentimento do dominado buscando “o processo de superação dessa condição” através da “dialética do contraponto”. Assim, as performances tinham em seu bojo um projeto de vida que dava sentido à existência de todos.

Intercambiei a análise das narrativas corpóreas com a História Oral. Para produzir inferências acerca das informações, dediquei-me a trilhar por caminhos menos herméticos. Considero esta metodologia não apenas como uma técnica de entrevistas preocupada com informações dadas. Mas como o campo de significações de lembranças, silêncios ou esquecimentos gestados no momento da entrevista.

Tratei de por em prática ensinamentos da sabedoria dos que usam há largo tempo essa metodologia, assim como o bom senso do *saber ouvir*. Destaco Alessandro Portelli (1993; 1996; 1997a; 1997b; 2010), Paul Thompson (2002) e Alistair Thomson (1997, 2001) como intelectuais desta vertente teórico-metodológica, conforme assinala Khoury (2010), utilizados no texto dissertativo. E por instigação dessas leituras, fiz a seguinte opção

metodológica: o esquema de perguntas produzido para cada entrevistado acabou não sendo executado conforme o planejamento inicial; a partir da fala dos entrevistados surgiam novas perguntas/inquietações. Em vários momentos limitei-me a sorrir, franzir a testa, balançar a cabeça... Sempre sugerindo para o entrevistado seguir a narrativa sem sentir-se preso a uma camisa de forças de um roteiro pré-estabelecido.

Quando foi possível uma segunda entrevista o depoente era rememorado dos pontos tocados na entrevista anterior. Alguns aspectos que me interessavam maior aprofundamento eram colocados no início da conversa para manter-me fiel ao ritmo do primeiro encontro. Pretendi com isso não quebrar o ritmo das narrativas.

No texto dissertativo, na **III Parte** especificamente, sob o título de **TÁTICAS E SENTIMENTOS DE RESISTÊNCIAS**, dediquei-me a mapear sentimentos evocados, colhidos, construídos e lembrados pelos *sujeitos culturais* ao longo do processo ditatorial. Sob a batuta metodológica e interpretativa da História Oral, analisei os sentidos destas sensações captadas a partir das narrativas dos entrevistados. Para que isto fosse possível, coloquei em prática uma técnica de entrevistas com dois pressupostos básicos: primeiro, ao entrar em contato via e-mail ou telefone, já adiantava meus interesses e situava o tema de pesquisa. Com isto, a segunda etapa da entrevista se despia da camisa de força de um roteiro pré-estabelecido de perguntas, pois, pelo primeiro contato, o entrevistado já sabia quais meus interesses naquela entrevista e, concomitantemente, a memória dele já havia sido acionada para que os fatos a serem narrados estivessem com textos previamente esboçados na memória para serem “contados”.

Com esta estratégia de captura de memórias vários sentimentos afloraram. Observei-os a partir de testas franzidas, braços cruzados, pernas balançando, sorrisos, queixos erguidos, peitos à frente, tom de voz alterada, corpos tesos, sisudez. De outra forma, analisei performances e, assim, compreendi como os sentimentos presentes na memória se materializavam por meio do corpo e língua. Mais: compreendi o golpe e Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense por um enfoque ainda não explorado pela academia regional. Aí reside uma contribuição desta dissertação para nossa história.

De posse deste método, a partir das entrevistas fichei temáticas dos entrevistados e mapeei sentimentos demonstrados pela corporeidade. Como resultado a *perplexidade*, o *orgulho*, o *medo*, o *ressentimento*, a *esperança* e a *superação* são os sentimentos mais perceptíveis nas narrativas. Todos os narradores, de alguma maneira, deixaram mais que

registros de memórias. Causaram algum tipo de ensinamento para uma postura de vida mais equilibrada, menos caótica e mais humana (ANTONACCI, 2006).

### **Sentimentos aflorados na/da *Longa Noite***

O dia 1º de abril de 1964 foi testemunha de dois lamentáveis acontecimentos nas memórias dos narradores: a invasão da sede da União Acadêmica Paraense (UAP) e as prisões dos estudantes que ali estavam em movimento para reestabelecer, de Belém, a presidência para o Sr. João Goulart. Aquela noite foi o ponto desencadeador do processo de recordações dolorosas sobre a Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense. Absolutamente todos os entrevistados mencionaram aquele momento como representativo nos momentos futuros de suas vidas. Assim, aquela noite pode ser considerada o início de uma *longa noite* para a história dos estudantes no Pará, pois durou até 15 de março de 1985.

Naquela ocasião, o estudante de Direito José Seráfico de Carvalho, era um dos mais preocupados com os rumos políticos do país deflagrados pela ação de Olympio Mourão. Sua presença naquela reunião extraordinária da UAP, na antiga Rua São Jerônimo, atualmente Av. José Malcher, assim como todos os presentes, tinha por finalidade contribuir com soluções emergenciais a serem tomadas pelo movimento universitário no dia seguinte. Ao longo daquela tarde já haviam preparado panfletos, que foram apreendidos por sinal, e telefonado para o 8º Comando Militar da Amazônia, visando buscar apoios legais para impedir no Pará o avanço golpista.

Vários universitários insatisfeitos com o clima tenso e seus desdobramentos, dentre eles Paes Loureiro, José Seráfico de Carvalho e Pedro Galvão de Lima, realizaram reunião no pequeno ambiente da UAP, porém não sabiam que, do lado de fora, um grupamento fortemente armado de soldados havia recebido ordens para dar fim àquele subversivo front. Fortemente armados, comandantes e soldados estavam com pistolas em punho e metralhadoras assentadas no chão apontando para possíveis rotas de fuga. O prédio da UAP estava cercado. A operação, coordenada pelo Coronel “Peixe-Agulha”, não tinha mais como retroceder.

Com a ordem de “avançar”, de repente a reunião foi invadida. A porta foi derrubada e vários estrondos de móveis e objetos caindo se seguiram. Após o susto inicial veio o instinto de sobrevivência, os estudantes começaram a correr espavoridos em várias direções. José

Seráfico de Carvalho correu em direção à porta. Por desatino de Clio, deu de encontro com o *agulhético* Coronel. Foi recebido com uma forte bofetada.

Todos os depoentes citaram aquele fato e nas palavras selecionadas para descrever aquela cena percebi a perplexidade como sentimento predominante. Não pelo ato violento em si, mas por compreender a atitude partindo da premissa de que o poder estava institucionalizado nas ações de pessoas representativas da república. O gesto arbitrário não seria punido por mais que fossem feitas queixas e denúncias, afinal de contas, atitude do Coronel “Peixe-agulha” era porta-voz do novo projeto político no Brasil e da Amazônia Paraense.

André Nunes Netto por mais que não fizesse parte daquela cena foi eivado pelas repercussões do episódio. Tanto que no final de sua narrativa em “Relatos” aborda o quanto sentiu inveja de Seráfico de Carvalho por ter sido contemplado pela bofetada da violência institucionalizada.

De forma muito louvável, é bom mencionar, o *ódio* e a *mágoa*, compreendidos como sentimentos negativos e/ou pequenos, não estiveram presentes em nenhum momento das entrevistas. A princípio, busquei tais sentimentos quando revisei as entrevistas, por mais que eu me esforçasse para localizar tais pequenezas de espírito não obtive êxito. Senti-me culpado por tentar induzir os dados construídos pela pesquisa para fazer da pesquisa um ajuste de contas de minha revolta com o golpe e regime civil-militar. Buscando a honestidade como requisito da escrita acadêmica, curiosamente, também me senti bastante aliviado e confortável por ter dedicado momentos de vida junto a homens maduros na idade e no espírito. Talvez aí, no momento de explicitar tais atributos positivos dos narradores, resida o tão desejado acerto com o passado tão doloroso e caro à memória de homens e mulheres que ousaram desafiar o autoritarismo.

O Golpe Civil-Militar, em 1964, e a conseqüente instalação da ditadura, foram extremamente negativos para o exercício das liberdades individuais, políticas e expressões artísticas. Sob o aval de amplos setores civil, a política de estado instituída no Brasil foi construindo estratégias cujo cerne era o cerceamento das ações e posturas mais críticas. Entretanto, isso não significou ruptura na produção dos sujeitos culturais que compõem a escrita desse artigo. Os sujeitos dissidentes ao regime sempre estiveram atentos à possibilidade de atuar pelas frestas das imposições governamentais. A produção de ações portadoras de teor contestatório passou por um crivo no momento de sua gestação no sentido

de tornar-se menos visíveis aos olhos da censura institucional. Existiu por meio do teatro, poesia, músicas ou simplesmente em atitudes diárias de insatisfação para com determinadas posturas autoritárias.

Paes Loureiro, ao narrar sobre a cerimônia de formatura do curso de Bacharel em Direito, em 1965, dentre várias sensações manifestas pelas memórias sobre o episódio da censura, se orgulha por ter contribuído para um fato inusitado dentro do regime de exceção. Fora responsável por um fato, no mínimo, inusitado na história do autoritarismo militar: foi um orador sem discurso na cerimônia de formatura. Segundo sua narrativa, foi aplaudido veementemente pelo público presente mesmo sem ter dito palavra alguma no púlpito do orador. Limitou-se a pegar o microfone e nada dizer. E contou o fato entre fartas gargalhadas de triunfo da ardileza sobre a força.

Na mesma trilha de Paes Loureiro, o teatro amazônico paraense presente nesta argumentação por meio do padre teatrólogo Cláudio Barradas também conseguiu fazer-se notar enquanto forte instrumento de crítica ao regime. O padre teatrólogo, em depoimento sobre as táticas utilizadas nos palcos para fazer oposição ou denunciar mazelas sociais, foi bastante elucidativo ao narrar como lançou mão de personagens, monólogos, diálogos, cenários e toda gama de linguagens teatrais para fazer-se presente no cotidiano político do país, em especial, da cidade de Belém. Nas diversas passagens de sua narrativa, a ardileza/destreza estiveram presentes nas táticas da linguagem em suas produções artísticas para escapular da censura.

Este narrador evocou inúmeras sensações ao longo das duas entrevistas concedidas no mês de maio de 2011. Foi excluído de círculos sociais por conta da opção de adentrar ao seminário e mergulhar num rígido cotidiano religioso. Assim, pouco se envolveu com grupos de amigos. Pela trajetória de vida, nos primeiros momentos foi um seminarista recluso, sentiu raiva, medo, alegrias. No início dos anos 1950, sua vida sofreu uma significativa guinada: abandonou a reclusão do seminário e aceitou os novos desafios. Foi a partir desta reviravolta, com a maior liberdade, passou a atuar artisticamente junto aos palcos. Doravante, o orgulho foi pinçado de alguns trechos e, a partir daí, pude compreender estratégias e táticas urdidas ao longo da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense.

Ao iniciar a entrevista, Cláudio Barradas partiu para um solo em torno das memórias sobre os primeiros tempos de suas incursões pelos palcos. Infelizmente, os primeiros anos de suas atuações teatrais coincidiram com o fatídico Golpe Civil-Militar, em 1964. Assim, as

primeiras recordações de Cláudio Barradas nas atuações teatrais estão ligadas à censura e imposições diversas por parte dos militares ancorados no poder. Cabe lembrar que o golpe foi civil e militar, ou seja, setores da sociedade civil também viam com desconfiança os textos politizados do alemão Bertold Brecht. Desta feita, a censura sofrida pelo teatro paraense vinha de duas frentes: aquela temerosa que só se compreende ao lembrarmos do advento da guerra fria e, outra, se considerarmos a sociedade provinciana com pensamento conservador, em defesa de valores que julgavam necessários para a manutenção de seus *status quo*, conforme narra o próprio padre teatrólogo:

As outras artes no Pará me parecem assim... Mas o teatro... Porque o teatro era feito por jovens. Como te disse, o jovem que não for revoltado não é jovem. Que não quer mudar esse mundo, mesmo que não mude nem o nariz dele. Então o teatro ia, além do que, todo mundo estava descobrindo Brecht. Teatro político. Discussão de problemas (Cláudio Barradas, entrevista concedida em 13 e 23 de maio de 2011).

Assim, na esteira dos orgulhosos pelos feitos nos tablados amazônicos, o padre teatrólogo Cláudio Barradas é categórico ao afirmar a linguagem teatral como forte instrumento de denúncia social, política e econômica ao regime militar porque era feito por jovens. Cabe lembrar que nem sempre as peças tinham por objetivo questionar ou criticar a ditadura ou seus sujeitos, mas tão somente trazer à tona temas universais, como a miséria, tristeza, maldade, paixões, etc. Assim, o teor crítico dos textos era inevitável em qualquer tempo histórico e não somente aos tempos de autoritarismo pós 1964. No depoimento do padre teatrólogo, por exemplo, era possível fazer:

(...) Crítica à política brasileira, mas sem falar nela, isso eu fiz em 67. Era um espetáculo grego. Um texto grego do século V a.C chama-se Antígone ou Antígona. É um dos textos mais belos de todos os tempos. Se eu tivesse que escolher dez textos, eu escolheria esse (Cláudio Barradas, entrevista concedida em 13 e 23 de maio de 2011).

O texto grego do século V a.C, de autoria de Sófocles<sup>6</sup>, por ser “um dos mais belos de todos os tempos” atendia aos apelos artísticos, mas também políticos pelo qual passava o Brasil. O governo de Castello Branco (1964-67) prometia entregar a presidência a um civil. O próprio vice-presidente, aliás, era o civil Pedro Aleixo. Entretanto, neste mandato começaram as edições dos primeiros Atos Institucionais. Apesar do Congresso Nacional ainda estar em

funcionamento, o modelo de governo recém-instalado já mostrava suas primeiras facetas autoritárias.

No Pará, por exemplo, os estudantes presos no momento do Golpe Civil-Militar já estavam marcados e alijados de quaisquer tratamentos de isonomia perante o governo. Para compreender esta afirmativa, basta contextualizar os eventos políticos que influenciaram a produção teatral daquele momento. Alacid Nunes havia sido eleito prefeito de Belém em 1964 sem quaisquer vestígios de participação popular. Foi alçado à condição de chefe executivo do município mais importante da região amazônica por decisão pressionada da Assembleia Legislativa do Pará. Depois, foi favorecido a chegar à condição de governador em duas ocasiões (1966-71 e 1979-83). O favorecimento se deu pela criação do sistema bipartidarista de eleições, prisões e cassações dos quadros de esquerda. As eleições paraenses eram um jogo de cartas marcadas em que um ou outro candidato não representava grandes críticas ao regime ditatorial.

O outro expoente da política regional, por exemplo, foi Jarbas Passarinho. Acreano baseado na 8ª Região Militar conseguiu fazer-se presente nos momentos cruciais do Golpe Civil-Militar. Pelas estratégias arditas, foi eleito governador pela Assembleia Legislativa. Após este feito, três vezes chegou ao senado. Tornou-se também Ministro do Trabalho e Previdência Social do General Costa e Silva, entre 1967-69. Mais tarde, a linha-dura do General Médici o alçou a condição de Ministro da Educação e Cultura (1970-73). E no último governo ditatorial (do também General João Batista Figueiredo) foi Ministro da Previdência e Assistência Social, entre 1983-85.

Jarbas Passarinho foi um dos inquiridores dos estudantes presos na invasão da UAP assim como Alacid Nunes. Este último, estranhamente frequentava a Faculdade de Economia dias antes do Golpe Civil-Militar, segundo depoimento de Dulce Rosa de Bacelar Rocque. Ambos são, inevitavelmente, personagens citados por todos os depoentes desta análise como equivalentes ao despotismo militar em solo amazônico.

Assim, diante do cenário de autoritarismo que envolvia o cotidiano do padre teatrólogo, não é de se estranhar inspirações críticas a tal ambiente. A produção teatral não poderia ficar imune e, ao narrar sobre a montagem do cenário para a peça “Antígona”, Cláudio Barradas lembra sobre a organização do cenário. Pretendia expor uma faixa com conteúdo subversivo ao final do espetáculo. De modo bem didático em suas memórias, relata da seguinte maneira:

(...) E assim acaba a peça. Eu queria criticar o regime militar. Mas eu fiz o que? A peça se passa na Grécia. Aí, como começa o espetáculo? É um grupo de trabalhadores que está discutindo sobre liberdade. Eles usavam macacões. E tinham nas mãos instrumentos de trabalho. (...). Aí começa a contar a história. Eles se transformam em trabalhadores e personagens da peça. Agora, o Creonte, usava roupa grega, mas no manto, a suástica nazista. Porque toda ditadura, para mim, é nazista. Agora, no final do palco, de novo tem o... Eu pedi lá no fundo do palco, lá no espaço tinha um busto de mulher, de gesso, belíssimo, que eu mandei colocar. E aqui, descia, uma grande folha marrom e nela pregado os recortes de jornal da época. Uma delas dizia: “e os militares?”. Aí no lado, é que eu coloquei o que eu te disse “as luzes se apagaram na verdadeira Grécia”. Onde está “velha Grécia”, leia-se “o Brasil”... “Não desanime a democracia vencerá”. Porque tem uma coisa, quando a gente faz espetáculo assim, o ditador é burro. Ele não vê que estão falando dele, mas o povo sabe (Cláudio Barradas, entrevista concedida em 13 e 23 de maio de 2011).

Para o padre teatrólogo, algumas questões estão claramente postas. A primeira vai exatamente ao encontro da pregação dos partidos de esquerda naqueles tempos de guerra fria. Os personagens não estão simplesmente discutindo o conceito liberdade de um ponto de vista filosófico, mas se assumem enquanto “trabalhadores”. Ou seja, assumem a identidade esperada pela prerrogativa mínima para uma revolução socialista na perspectiva marxista operada pelos movimentos estudantis amazônicos. Curiosamente, o padre teatrólogo já havia mencionado em diversas passagens de sua narrativa o ralo envolvimento com a política partidária, mas neste momento, sem agitar bandeiras, chega a tangenciar a máxima da revolução a partir da organização proletária.

Neste momento, a narrativa é entrecortada pelo rosto teso, alternado por sorrisos de deboche em relação à reencenação. Ao estabelecer um nexos com a sugestão marxista de revolução, Cláudio Barradas (in)conscientemente destila sua ácida crítica aos militares. O rosto é teso, sério. A voz, apesar de em tom sempre sereno, é altiva, como se estivesse representando para uma plateia. Sua atitude de posicionar personagens gregos travestidos de “trabalhadores” é repleta de investida política de denúncia e incentivo em prol da causa trabalhista. Ao mencionar Creonte e o nazismo, o sorriso é largo. O peito à frente dá mostras de um orgulho pela perspicácia em situar o nazismo num patamar de comparação com um personagem representativo do medo e covardia disfarçados pelo autoritarismo.

Sabendo da crítica perspicazmente posta pela frase na faixa e conhecedor da dureza da censora “Dona Selma”, o padre teatrólogo ao ser visitado para fins de fiscalização tratou logo

de *apagar as luzes do palco* e dificultar a fiscalização. Ao narrar a atitude de esperteza para com a censora, o padre teatrólogo estufa novamente o peito e sorri fartamente como quem sabe o que estaria por vir na narrativa. A censora, entretanto, ao perceber as luzes apagadas, retrucou: “Não seu Barradas, mantenha a luz acesa. Tire!”. Segundo o padre teatrólogo, “Dona Selma” apontava para a faixa. Não havia adiantado a tentativa de burlar a experiência do ofício da censora.

Com um jogo de variação de tom de voz e encenação de humildade, Cláudio Barradas insere-se na condição de sujeito cultural em pleno uso de táticas teatrais para denunciar o autoritarismo da cena política do país. Ao narrar aquele episódio, o padre teatrólogo não só acionava a memória sobre os tempos de ditadura, mas articulava em conjunto língua e corpo para demonstrar como diversas possibilidades eram urdidas a partir das linguagens artísticas.

Outro sentimento apreendido na cena dos livros esparramados na biblioteca foi o *ressentimento*. A violência desferida sobre as estantes atingiam em cheio a austeridade da família Loureiro. Não se tratava somente de uma invasão em busca de livros subversivos, mas de uma arbitrariedade contra a soberania de um lar. Neste jaez, a narrativa de Paes Loureiro se aproxima do médico comunista Alfredo Oliveira.

Ao entrevistar este segundo narrador, notei que se manteve no mesmo discurso performático. O corpo do médico respondia a uma educação formal, quase religiosa. Quase não movia pernas e braços para sinalizar sensações de nervosismo, cansaço pelo calor ou alegrias. Então foi preciso rever o áudio da entrevista para capturar variações no tom de voz. Assim, e só assim, depreeendi momentos de ironia, irritação e inúmeras passagens de ressentimentos com o Golpe Civil-Militar provocado em 1964. Sentimentos bem próximos daqueles que Paes Loureiro evocava.

Alfredo Oliveira tem um currículo invejável na produção de trabalhos de memória acerca de um dos personagens mais elementares da esquerda brasileira: Ruy Barata. Seu trabalho sobre o poeta e político, intitulado “Ruy Guilherme Paranatinga Barata”, publicado em 1990, chegou a ser temática das leituras obrigatórias de vestibulares durante os anos 1990. Recentemente, no início do ano de 2012, o jornal Diário do Pará fez uma promoção junto aos leitores para distribuir a obra *O Touro Passa?*, de 1981, em evento de grande tiragem se o alcance do periódico for considerado para além do estado do Pará. Além da identidade de autor consagrado, Alfredo Oliveira também assume-se como um dos compositores musicais mais gravados no cenário nacional. Nomes como Fafá de Belém, Leila Pinheiro, Jane Duboc,

Fátima Guedes, Verônica Sabino, Zé Renato, Neguinho da Beija-Flor, estão entre os intérpretes que já repercutiram suas letras românticas. Dentre os regionais, teve parcerias e interpretações com Nilson Chaves, Marco André Costa Nunes, Paulo André Costa Nunes Barata, Vital Lima, Nazaré Pereira, dentre outros. Nenhuma delas, entretanto, com engajamento político. Médico por formação acadêmica e comunista por opção política.

Em sua opinião, a historiografia ou a grande imprensa não trataram os movimentos de esquerda em suas devidas historicidades. Assim, a entrevista cedida pode ser compreendida como ferramenta de luta, de uma causa ainda não vencida. No mesmo sentido, deixou entrever logo no início de sua fala que seu livro de memórias, lançado em 2010, intitulado “Cabanos & Camaradas”, por exemplo, é uma das raras e honrosas publicações que prestigia a memória de homens que lutaram pelo processo de redemocratização da nação. Disse ser uma “tarefa partidária” a atividade de lembrar e registrar, conforme narra abaixo:

Olha, nesse meu livro, esse meu livro era uma dessas... Até certo ponto uma tarefa partidária também porque pessoas do partido, algumas a maioria já está morta só tem um vivo, tá lá em Santos, aliás tem dois vivos mas um eu não... eles me diziam: “- Alfredo...” Que a nossa história não estava registrada em lugar nenhum. Primeiro porque a imprensa, o jornal normalmente não publicava nada só publicava o que era para esculhambar, para distorcer, segundo o que nós produzíamos não tinha como ser publicado, razão pela qual eu escrevia (...) do Ruy [Paranatinga] Barata (Alfredo Oliveira, entrevista em 14 de setembro de 2011).

Os primeiros lampejos de ressentimentos começam em direção a academia amazônica em não expor às luzes da cientificidade o devido lugar sociopolítico dos quadros da esquerda na região. Obviamente, sua cisma recai sobre a imprensa censurada ao longo da ditadura, quando os tempos de censura prévia e autocensura dos editores era prática comum no Brasil. Mas sua fala também sinaliza os tempos livre da censura. Atualmente, apesar de termos pesquisas substanciais, a pesquisa na academia amazônica acerca das memórias sobre o regime ainda é pouco expressiva.

No enredo da entrevista, Alfredo Oliveira questionou a lacuna nas pesquisas acadêmicas acerca a experiência de solidariedade ou ajuda humanitária empreendida pelos quadros do PCB amazônico. Informou sobre a ajuda médica dada a feridos ou sujeitos perseguidos pelo regime que podiam ser presos ao adentrar em hospitais públicos. A preocupação em deixar clara essa postura voltou a ser repetida outras vezes com maior ou

menor veemência. Trecho de seu depoimento revela o quanto aquela atitude estava amalgamada entre a decisão da identidade do ser humano e do médico comunista fiel às diretrizes do PCB.

(...) não era só uma tarefa humanitária, ela era humanitária sim porque era um atendimento médico prestado a alguém que estava doente e estava precisando desse atendimento, mas era também uma tarefa política porque ela visava dar apoio a um cidadão que estava escondido, foragido, desempregado tava sendo perseguido pela ditadura, então ela era também uma tarefa política, por isso mesmo que a gente chama de socorro vermelho, socorro vermelho, socorro comunista (Alfredo Oliveira, entrevista em 14 de setembro de 2011).

O depoimento aponta em duas direções. Primeiro, a opção pela redemocratização sem uso de armas. A *via pacífica* foi a escolha do PCB para atuar na arena de enfrentamentos. Cabe lembrar que dos quadros do PCB vieram Pedro Pomar e João Amazonas, paraenses, ambos fundadores do PCdoB e árdios defensores da resistência armada. Tal postura radical não foi aceita pelo PCB como método de enfrentamento. Então, aliar-se a quadros emedebistas não foi algo estranho ou doloroso para as convicções de comunistas históricos em Belém. Era a saída mais viável, segundo Alfredo Oliveira, para ajudar o país. Segundo, a *tarefa de solidariedade* citada na narrativa é uma dupla decisão: do próprio Alfredo Oliveira, na condição de médico; e, do partido.

Tal informação acerca das *tarefas de solidariedade* é contundente para desmistificar a índole criminosa das identidades dos sujeitos tidos como ameaças para a nação. Considerando como verdadeira sua atuação junto aos desprovidos paraense, é preciso colocar no devido lugar da história o PCB e seus dirigentes. É bem provável que outros sujeitos, pertencentes ou não a partidos políticos, tivessem ações humanitárias no rol de suas atividades. Entretanto, não há registros de outro partido político tomando para si tal atribuição de “cuidar”.

No que se refere às *perplexidades* causadas pelo cunho pedagógico aplicado pelos militares durante o processo de Golpe Civil-Militar, especificamente no dia 1º de abril de 1964, José Seráfico de Carvalho é, sem sombra de dúvidas, o narrador com mais clareza nas recordações daquele momento específico. Morando em Manaus desde 1966, praticamente não havia como entrevistá-lo. Mas graças à rede mundial de computadores, busquei contato pelo correio eletrônico. E foi por e-mail que estabeleci o primeiro contato. Desta forma, Seráfico

forneceu-me preciosas informações para compreender o que aconteceu ao longo do fatídico 1º de abril.

Segundo José Seráfico, a sede da UAP estava movimentada naquela manhã e tarde do dia 1º de abril de 1964. Os estudantes – e toda a sociedade paraense, incluindo militares – estavam ouvindo diversos rumores das ações movidas pela iniciativa de Olympio Mourão. As notícias do Golpe Civil-Militar estavam ventiladas aos quatro cantos de toda a região metropolitana de Belém. Por isso, os estudantes universitários divulgavam arduamente o manifesto escrito pelo próprio Seráfico no qual defendia a legalidade e dando “não” ao golpismo. Tudo caminharia nos mesmos moldes do que a experiência havia mostrado no caso da “Campanha da Legalidade”, movida por Brizola, no episódio da posse de João Goulart.

O manifesto havia sido redigido por um pedido feito a José Seráfico pelo Presidente da UAP, o estudante de Direito Pedro Galvão de Lima. Entretanto, um fato piorou ainda mais os ânimos dos estudantes. A gráfica Sagrada Família, que confeccionava o manifesto, havia avisado sobre o confisco de todo o material por uma alta patente da 8ª Região Militar: o Major Moura. Tal notícia, como não poderia deixar de ser, asseverou os nervos de todos os estudantes. É válido lembrar que dois dias antes, no dia 30 de março, a edição do “Tarefa”, de Paes Loureiro havia sido apreendida e destruída pela Marinha do Brasil. Este fato ainda não havia sido digerido pelos jovens universitários. Os acadêmicos de Direito, colegas do autor, então, eram os mais exaltados. Mais uma apreensão aflorava ainda mais os nervos.

A recomendação da gráfica Sagrada Família foi que os estudantes buscassem contato com o Major Moura para pedir explicações sobre o fato em curso. Assim o fez Seráfico, apoiado por Pedro Galvão, sempre junto nas ações tomadas. Por telefone, argumentou sobre o caráter ilegal daquela atitude. Ouviu do Major Moura, com uma calma desconfortante, que fosse até a 8ª Região Militar para compreender melhor o que estava acontecendo. Ponto crucial da narrativa, descrita da seguinte maneira:

Naquele momento, o gerente da gráfica Sagrada Família, que era na rua Independência então, hoje Magalhães Barata disse que dispunha do telefone do Major Moura, que eu ligasse para ele. E eu disse, ao telefone, ao Major Moura, porque tentei falar com ele, que ele estava desrespeitando o Chefe das Forças Armadas, o Chefe Constitucional das Forças Armadas, que o errado era ele e não nós que defendíamos a manutenção. E ele então, com muita cortesia, me pediu para visitar o Comando da Região. Eu, obviamente, seria “Daniel entrar na toca dos leões”. Então, o que fizemos nós? Optamos por eu redigir novo

manifesto e voltamos a sede da União Acadêmica Paraense (José Seráfico de Carvalho, entrevistas em 07 e 09 de outubro de 2011).

A atitude de José Seráfico foi de ordem prática. Era preciso arregaçar as mangas e tratar de efetivar aquilo que o movimento estudantil julgou ser a saída mais lógica: redigir outro documento e tratar de distribuir entre os transeuntes próximos à sede da UAP. Não sabiam os estudantes que não lhes restava tempo para ações mais ousadas como ocorrera no episódio com Brizola. Em uma jogada desesperada, mas de otimismo, foram buscar junto ao general Orlando Ramagem algum apoio de ordem institucional.

A postura reticente do general Ramagem já antecipava as cenas seguintes. A leitura de José Seráfico acerca do comportamento “tartamudeante” do general fora precisa. De fato, ao captar a insegurança de Ramagem, Seráfico antevia não ser este o sujeito a tomar frente da cena política nos anos seguintes na Amazônia Paraense. Seriam Jarbas Passarinho, em especial, entremeando o poder com Alacid Nunes. As duas principais lideranças da situação. Em entrevista com Alfredo Oliveira a mesma informação foi constatada.

Tivessem buscado o tenente Jarbas Passarinho para maiores esclarecimentos sobre a apreensão do material na gráfica, sairiam de lá com a certeza de que o Golpe Civil-Militar era irreversível naquela altura. Enquanto buscavam respostas com Orlando Ramagem outras ações estavam sendo arquitetadas para o êxito do golpe. Naquele exato momento, o Coronel Peixe Agulha já havia recebido ordens para desbaratar qualquer reunião tão logo chegasse a noite. E ao anoitecer, as tropas tomaram conta da antiga Rua São Jerônimo. Assestaram metralhadoras no chão, cercaram pelos fundos a sede da UAP, arrombaram aos chutes porta, talvez estivesse só encostada, invadiram truculentamente. Destruíram o pequeno palco – ou “teatrinho”, como chamou carinhosamente Pedro Galvão. Jogaram papéis pelo ar, estantes ao chão, mimeógrafos e aparelhos de som empastelados.

E então aconteceu a cena drástica descrita por todos os narradores de “1964. Relatos subversivos”: José Seráfico de Carvalho, por estar próximo da porta de entrada da UAP, foi esbofetado pelo comandante “Peixe-Agulha”. A partir da informação daquele gesto violento, mencionei a bofetada desferida e levantei algumas questões para que fossem comentadas quando estivéssemos frente a frente em Belém, nos dias 09 e 12 de outubro. Lancei-lhe as seguintes questões: quais foram suas sensações ao vivenciar esse fato? Houve desejo de vingança pessoal ou nos dias seguintes se tratava de uma luta com causa maior (a liberdade e retomada da democracia) e a bofetada foi esquecida? Aliás, esse fato existe em suas

memórias, quais imagens desse acontecimento estavam guardadas e o que eles representam ainda hoje?

Esperava que se manifestasse quando chegasse até Belém. Entretanto, qual não foi minha surpresa ao deparar-me com uma resposta minutos após haver enviado as questões acima. Dias depois, na entrevista concedida no apartamento da Av. Nazaré, em Belém, preferiu pouco assentar-se nesta temática. Portanto, optei por declinar-me em seu depoimento dado por e-mail:

(...) desde que levei a bofetada, ocupava toda minha atenção a ansiedade por avisar os familiares dos que estavam comigo na sede da UAP e não tinham um pai às proximidades dos acontecimentos. Eu o tinha, e por isso fui socorrido. Quanto à bofetada em si, ela me pareceu apenas um despropósito de quem se esconde atrás da culatra de uma arma de fogo. Doeram-me mais aos ouvidos as palavras de baixo calão que o oficial pronunciou, ao esbofetear-me (José Seráfico de Carvalho, por e-mail em 1º de setembro de 2011).

A resposta foi demasiadamente curta diante das expectativas que eu alimentara desde o início da pesquisa de campo. Mas elucidativa, por apresentar várias possibilidades de análise para aquele aparente desvio de assunto. A agressão física não fora esquecida, conclui. Afinal, a rapidez de sua resposta e os diversos relatos no livro “1964. Relatos subversivos” deixavam evidente o quanto aquele tema ainda latejava nas memórias. Seráfico apontava para o orgulho ferido pelas palavras de baixo calão desferidas junto com o bofetão. É provável que doessem mais, realmente. Afinal, eram tempos de acusações infundadas de “perigosos”, “comunistas”, “vermelhos”, “ameaças”, além de ofensas de ataque à honra e integridades das famílias.

Aliás, acusações infundadas foram, em dois depoimentos, as principais reclamações nos interrogatórios vivenciados ao longo das prisões. Pedro Galvão de Lima, em entrevista no dia 25 de maio de 2011, sobre ser acusado na prisão ocorrida no dia do Golpe Civil-Militar, lembra de ser chamado de “comunista frio e calculista”, quando negava todas as acusações de golpismo por parte das esquerdas estudantis. E negava por ter plena ciência da diferença entre ser comunista e ser membro da Ação Popular, uma vertente composta de quadros expressivos que muito se assemelhava à Juventude Universitária Católica. Por essência, a Igreja Católica não coadunava seus pensamentos com o marxismo dos idos dos anos 1950-60 (AZEVEDO, 2004; TOLEDO, 2004). Este se declarava ateu e, portanto, feria os preceitos cristãos.

Na mesma esteira dos grupos de esquerda que compunham a Universidade Federal do Pará no início dos anos 1960, Dulce Rosa é mais detalhista quanto à composição política dos estudantes daquele momento. Segundo esta narradora, apesar de outros segmentos políticos, três grandes grupos principais se revezavam no ápice dos acontecimentos e discussões políticas: PCB, AP e JUC. Vejamos como detalhou a questão:

Digo comunista porque existiam também outros dois agrupamentos: Ação Popular e a Federação dos Estudantes... É a Juventude Católica. Então, digamos que os que lutavam naquela ocasião, o golpe ainda não tinha acontecido, por um algo diferente no Brasil era o Partido Comunista, e que tinham representantes nas universidades, era o Partido Comunista, Ação Popular e a Juventude Católica. Na Faculdade de Economia era mais forte o Partido Comunista (Dulce Rosa de Bacelar Rocque, entrevistas concedidas em 26 de dezembro de 2011 e 07 de janeiro de 2012).

Considerando como verdade a composição política daquele momento na UFPA, Pedro Galvão, da Ação Popular, recordou que, ao ser preso, foi avidamente chamado de comunista. A acusação rendeu vasto espaço em sua memória a ponto de retomar este fato algumas vezes durante as entrevistas. Negava para si tal epíteto porque as diferenças ideológicas eram latentes naquele momento.

O Golpe Civil-Militar foi responsável por uma nova e inédita formatação política no estado. Os estudantes aparecem como único grupo que sobrou para fazer frente ao processo ditatorial pós 1964. As demais organizações foram aniquiladas pelo 1º de abril, com as prisões da UAP. Então, o movimento político de resistências se caracterizou por ser amorfo, sem líderes institucionais, com ações de guerrilha, isoladas.

A considerar como verdadeiras as leituras e interpretações de Alfredo Oliveira acerca das pesquisas de Élio Gaspari (2002), noto um nítido propósito dos militares em livrar-se das lideranças pensantes que compunham a luta pela redemocratização do país. Este fato corrobora a ideia de força do PCB junto ao governo do estado. Provavelmente, a grande repercussão que o PCB nutria aos jovens daquele momento se deva ao fato do sucesso da Revolução Cubana em 1959. Naqueles tempos de hostilidades entre regimes políticos – Socialismo *versus* Capitalismo –, o imaginário dos jovens universitários talvez desejasse o esplendor do romantismo revolucionário irradiado por Che Guevara e Fidel Castro.

A partir de 1964, inúmeros militantes das esquerdas ou simpatizantes quando presos, perdiam seus empregos e dificilmente os recuperavam. Ser um dos presos por conta da

suspeita de ser subversivo incluía a pessoa na lista negra da sociedade. Era como passar para o limbo social. Oportunidades de empregos se fechavam, amigos passavam a evitá-los, familiares discriminavam. Pelo lado patronal, o simples ato de conversar com estes sujeitos poderia ser atividade de vigilância e punição, empregar em sua empresa, loja ou coisa similar, era incorrer no risco de sofrer averiguações e eventuais prisões. Por essa razão, com o Golpe Civil-Militar, aumentou o número de pessoas carentes de ajuda médica, econômica e social.

Neste contexto de dificuldades econômicas, é válido salientar que o Sistema Único de Saúde não existia nos moldes que existe hoje, assim, diante dos tempos de perseguições, prisões, desempregos e desesperos, Alfredo Oliveira, com a sensibilidade de poucos, narra o seguinte:

(...) quer dizer, era importante manter a sobrevivência das famílias, conseguir advogado para quem estava preso, essa coisa toda. E aí aconteceu uma coisa que no meu caso é específico porque foi praticamente somente comigo que isso aconteceu. Eu passei a ter uma função específica que durou praticamente até 78, até quase o fim da ditadura militar. (...) Então de repente com pessoas desempregadas, sem recursos para o tratamento, a minha participação para poder dar um pouco de atendimento médico para essas pessoas passou a ser vital, até porque independente da assistência médica tinha o problema da confiança, o camarada poderia estar foragido, escondido, não se podia mandar um médico qualquer lá tratar o companheiro (Alfredo Oliveira, depoimento em 14 de setembro de 2011).

O interessante na narrativa de Alfredo Oliveira é a frase *foi praticamente somente comigo que isso aconteceu*. Sua narrativa mostra o ato de abrir mão da militância política para dedicar-se ao sacerdócio da ajuda humanitária. Dá um tom de uma “fatalidade”, um caminho sem volta. Como se a decisão de prestar solidariedade fosse um passo irreversível. A verdade é que esta atitude sendo posta em prática se trata de uma decisão humanitária, própria de indivíduos superiores, heroicos. Não era uma decisão fatídica ou simplesmente uma determinação do Partido, mas uma postura de vida diante das adversidades vividas pelos companheiros. É bom mencionar, Alfredo Oliveira não expõe tais memórias lamuriosamente. Pelo contrário, o diz como altivez em tom de voz acima do normal. Quase uma ode declamada.

No momento deste trecho da narrativa, ele é firme nas palavras. O semblante é sereno, apesar das pernas estarem o tempo todo balançando, aparentando inquietação com as imagens que lhe vinham à mente. E como estas expressões corporais podem emitir sinais falsos...

Aquela era uma tarde quente. Alfredo Oliveira já havia solicitado dois ventiladores a uma pessoa que estava em sua casa. Ainda assim, o tempo abafado exigia que estivéssemos ventilando o corpo. Portanto, em momento nenhum da entrevista pude perceber tensão, nervosismo ou apreensão por conta de alguma memória. Pelo contrário, a calma foi a tônica de seu depoimento ao longo de aproximadamente uma hora em que estive ali.

Quanto à política partidária da parte do PCB, houve uma adequação para atender o perfil da personalidade de Alfredo Oliveira. Sobre esta questão, pesquisei sobre a ajuda humanitária ou “socorro vermelho” de pecebistas a companheiros em dificuldades. Encontrei registros na historiografia a partir da postura de advogados em relação aos presos políticos, mas não observei médicos na mesma atitude (ANSARA, 2008). Talvez existam, mas a historiografia ainda não os alcançou. Sobre a determinação partidária para a ajuda humanitária, Alfredo Oliveira narra que

(...) o Partido aqui deu prioridade absoluta para isso, então eu fiquei a partir de 66 mais ou menos, desobrigado de participar de reuniões, de coisas que pudessem chamar a atenção da repressão sobre a minha pessoa e me impedir de fazer o que era fundamental e só eu podia fazer que era dar assistência médica aos companheiros, aquilo que a gente chamava de socorro vermelho, né?! (Alfredo Oliveira, depoimento em setembro de 2011).

Assim, de modo bastante *sui generis* Alfredo Oliveira ensina que o processo de lutas contra a ditadura não está balizado tão somente no binômio maniqueísta há muito difundido pela escrita histórica. Preenchendo o perfil de sujeito cultural proposto no início deste artigo, este narrador coloca-se às margens do processo. Não por alijamento político imposto pelo regime, pelo contrário, foi uma decisão humanitária de dar sobrevida aos feridos e cambaleantes daqueles que lutaram em prol da redemocratização da nação em solo amazônico paraense.

Não, não é bem assim, não é uma tarefa política. A solidariedade é solidariedade, é uma questão humanitária, a solidariedade é uma questão humanitária complexa porque envolve também, quer dizer, ela é uma coisa complexa. A solidariedade ela não é só uma... Não, ela é uma coisa complexa, ela envolve uma série de aspectos e de tarefas. Veja bem, é muito diferente... Agora, ela é diferente de uma solidariedade por caridade, é igual? A solidariedade do partido é igual à caridade que você faz dando dinheiro para uma pessoa ou a caridade da santa casa? Não. Por quê? Porque ela tem um nível de

compreensão diferente, você tá entendendo?! Você não está ali por caridade, por pena. Você não faz essas tarefas de solidariedade feitas pelo partido, não eram caritativas nem por pena, sabe?! Faziam parte da formação do comunista, humanitária e política porque as duas coisas não se separam. Você tem a formação humanitária ao lado da formação política, as duas se juntam, você tá entendendo?! (Alfredo Oliveira, depoimento em 14 de setembro de 2011).

A explicação política para a atuação da *solidariedade* enquanto método de ação do PCB é reduzir demasiadamente a atitude de Alfredo Oliveira. A ajuda humanitária partidária, a solidariedade e “ser comunista” eram posturas amalgamadas na identidade deste sujeito. Assim, conquistar quadros e mantê-los a salvo era uma tática para conquistar corações e mentes das massas para, em seguida, atingir o ambiente necessário para a luta em prol da redemocratização do país.

A militância sob a batuta comunista nunca foi uma imposição traumática para Alfredo Oliveira – ou qualquer outro militante pecebista; pelo contrário, conforme assinala Monteiro (2013), o partido arregimentava relações políticas, mas também afetivas, de cumplicidades e companheirismos. Isso explica a obediência bovina aos líderes comunistas paraenses Ruy Paranatinga Barata e Benedito Monteiro. Ambos presos e hostilizados pelo cidadão mediano no Pará, mas severamente respeitados nos círculos da esquerda amazônica. Cabe lembrar que, segundo a autora acima, após o Estado Novo, os líderes comunistas eram também tradutores de um horizontes de expectativas acerca de um mundo mais socialista, justo e humano. Os militantes, portanto, eram mais do que partidários de uma sigla, mas cúmplices de um ideal de vida. No Pará não foi diferente, mesmo após o PCB – e demais siglas da esquerda – terem sido postos na ilegalidade ou enquadrados no AI-2 (que previa o bipartidarismo como política de estado).

### **Considerações Finais**

Narrar foi, para todos, um grande prazer. Construí vínculos de amizade o suficiente para, ao reencontrá-los, ganhar afetuosos abraços e apertos de mão. Nas vezes que isto aconteceu, senti-me honrado. O que movia minha admiração e, conseqüente, prazer em receber atenção de tais distintos sujeitos estava claro para mim. Eu fui, e sempre serei, admirador da nobre arte de perseverar em ideais de transformação de nossa realidade para condições menos injustas de relação entre *sapiens-sapiens*. Todos eles se posicionaram e

conseguiram mostrar identidades com nobres valores. A questão, entretanto, era outra: o que os movia a direcionar tamanha atenção a mim? Seriam as descomprometidas etiquetas da boa educação tão somente. Obviamente não descarto esta possibilidade. Mas é preciso adentrar em outra questão para entender melhor esta inquietação.

Sarlo (1997) ajuda a desanuviar tal problematização ao indagar sobre a existência dos resíduos do passado fazendo-se notar no tempo presente. Pois, sobre este *jaez*, afirmo categoricamente que por meio de derrotas seguidas de derrotas, todos os narradores chegaram à vitórias (OLIVEIRA, 2011). Percebi, buscando detalhes de suas experiências de vida, o quanto sofreram por defender seus sonhos. Assim, com quedas e sofrimentos, deram visibilidades e transformaram em axiomas seus discursos e práticas externadas nos últimos 50 ou 60 anos de vida. Conseguiram, pelas trilhas democráticas, impor seus projetos de vida como verdades.

Para constatar a anuência obtida pelos narradores em tela basta ver as numerosas petições públicas de ONGs e mobilizações populares pedindo a abertura dos inquéritos militares, o julgamento e punição aos torturadores e assassinos do regime. Outro exemplo reside nos mandatos presidenciais dos últimos vinte anos. Todos, desde Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Luís Ignácio Lula da Silva (2002-2010), até Dilma Rousseff (2010-2014), foram vítimas de alguma maneira da Ditadura Civil-Militar. A última, inclusive, chegou a ser torturada fisicamente e seu algoz hoje enfrenta a Justiça para explicar-se. Os criminosos de 1964, como acusava a Tribuna, são os heróis de hoje.

Assim, é provável que os narradores ao dedicar atenção a minha pessoa estejam ainda em plenas “batalhas da memória” (REIS, 2004). Concedendo entrevistas cuja temática envolve o passado vincado pela dor, estão operando com identidades sabiamente arquitetadas para dar vazão a seus projetos de emersão. Ou, nos dizeres de Sarlo (1997), valem-se da memória e narrativas históricas como ferramentas contra o esquecimento. Este artigo, portanto, é mais um ardiloso instrumento destes sujeitos que não pararam de semear perspicácias. Olympio Mourão Filho, portanto, na condição de militar, não era o único representante da aventura que mergulhou a democracia brasileira numa noite de vinte anos (1964-85).<sup>7</sup> Daí se justifica a tese do golpe ser de caráter civil e militar.

Ao mesmo tempo, assinalo a *humilhação* como sentimento comum a todos os entrevistados. Mesmo que este sentimento não tivesse sido citado explicitamente, aparece como uma nuvem fantasmagórica em todos os recintos das entrevistas. Foi um sentimento

bravamente combatido com a *altivez* que só a sabedoria das experiências pode proporcionar àqueles sujeitos. Entretanto, Ansart (2005) bem trata de diferenciar a humilhação em duas situações: a provisória, capaz de ser esquecida ou superada quando há ações de igual confronto e força. E a humilhação não-reparada, quando a violência é tamanha a ponto de não haver reparação suficiente para estancar a ferida causada pela agressão psíquica. Neste estudo, é evidente que hoje, passados 50 anos do famigerado 1º de abril de 1964, não houve prisões dos criminosos de estado causadores pelas dores infringidas pelo regime. Tampouco houve reconhecimento público dos sujeitos resistentes, ampliando ainda mais a sensação de impotência diante da humilhação.

Assim, o tempo e a paciência paternas para fazer-me compreender aspectos políticos e econômicos dos anos 1960 na Amazônia paraense e a postura servil dedicada às entrevistas, têm em si mais um *front* de batalha encampado por parte destes narradores. Ajudar-me na empreitada dissertativa foi muito mais uma busca de superação da *humilhação* que foi o regime de exceção para a vida de todos os que ousaram lutar pela liberdade ou defender projetos de vida/políticos.

Por fim, além das narrativas, todos ainda operam com recordações tênues, fugazes, idas e, acima de tudo, com um bonito sonho de lutas, com grandes lições de amor e cidadania. Foram sentimentos, paixões, medos recalques, angústias, orgulhos... Mesclados em depoimentos agitados, calmos, nervosos, serenos ou, muitas vezes, em simbiose ao mesmo tempo. Transmitir a experiência vivida por meio de sorrisos, pernas balançando, tensões faciais e toda sorte de performances do corpo e da voz são formas de compreender e explicar o golpe e a Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense.

## Referências

ANSARA, Soraia. **Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2008.

ANSART, Pierre. As humilhações políticas. In: MARSON, Isabel & NAXARA, Marcia. **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia, EDUFU, 2005.

\_\_\_\_\_. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia Regina C. (orgs.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Connaissance des passions politiques.** Platon, Machiavel, Tocqueville. Les Cahiers de Psychologie politique. nº 00, jan. 2002. Tradução livre.

\_\_\_\_\_. **Ideologias, Conflitos e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **La Gestion des Passions Politiques.** Lausanne (Suisse): Editions L'Age d'Homme, 1983.

\_\_\_\_\_. Karl Marx: La passion Révolutionnaire. In: ANSART, Pierre. **Les Cliniciens des Passions Politiques.** Editions Du Seuil: 1997.

AQUINO, Maria de Aparecido. **Censura Imprensa, Estado Autoritário (1968-78):** o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. **Estudos Avançados**, vol.18, n. 52, 2004, pp. 109-120.

BETTO, Frei. **Fidel e a Religião.** Conversas com Frei Betto. São Paulo: Ed. Brasiliense. 23ª edição, 1985.

CARVALHO, José Seráfico de Assis. **Nosso pai João Seráfico.** Belém: Paka-Tatu, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CUNHA, Raquel & SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da: **Um olhar à cidade de Belém sob o Golpe de 1964:** paisagens e memórias de estudantes e artistas (artigo em PDF, Monografia CC.SS-UFPA).

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: Temporalidades e Interpretações. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004).** Bauru (SP): Edusc, 2004, pp. 15-28.

FICO, Carlos. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004).** Bauru (SP). Edusc, 2004, pp. 265-276.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Construção de identidades pós-coloniais na literatura antilhana.** EDUFF, 1998.

GASPARI, Élio. **A Ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Konrad, Diorge Alceno & Lameira, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Revista do Programa de Pós-Graduação em História Anos 90**, v. 18, nº. 33, 2011, pp. 67-98.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP). Edusc, 2004, pp. 249-264.

Monteiro, Claudia. **Política entre razão e sentimentos: A militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós Graduação em História. Curitiba. 2013.

NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A. e GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 6. Ed. São Paulo: Vozes, 2005, pp. 07-38.

NUNES, André et. al. 1964. **Relatos subversivos: os estudantes e o golpe militar no Pará**. Belém: Edição Dos Autores, 2004.

OLIVEIRA, Alfredo Oliveira. **Cabanos & Camaradas**. Belém: Alfredo Oliveira. 2010.

OLIVEIRA, Luciano. Ditadura militar, tortura e história: a "vitória simbólica" dos vencidos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 26, n.75, 2011, pp. 07-25.

PETIT, Pere; VELARDE, Jaime Cuéllar. **O golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Civil-Militar no Pará: apoios e resistências**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 25, 2012, pp. 169-189.

\_\_\_\_\_. **Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História 15**, São Paulo: EDUC, Abril/1997.

\_\_\_\_\_. Forma e significado na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. In. **Projeto História 14**, São Paulo: EDUC, fevereiro/1997 a. p. 7-24.

\_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História 14**, São Paulo: EDUC, Fevereiro/1997b. p. 25-40.

\_\_\_\_\_. História Oral como gênero. In: **Projeto História 22**. PUC/São Paulo, EDUC, junho/2001, p. 09-36.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de História Oral**. Tradução de Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. São Paulo: Zahar, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SANTOS, Carlos Eduardo dos Santos e. **Do Ponto de Vista da Caserna: Memórias do Cotidiano e Experiências de Militares da Aeronáutica em Belém Durante o Regime Militar (1964-1985)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará: Belém. 2011.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: Intelectuais, Artes e Meios de Comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Trad. Rubia Prates e Sérgio Molina. 1997.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história. In. BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia Regina C. (orgs.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

SILVA, João Marcio Palheta da. **Poder, Governo e Território em Carajás**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista UNESP - Campus de Presidente Prudente, 2004.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a Memória: Questão sobre a relação entre História Oral e as memórias. In: **Projeto História 15**, PUC/São Paulo, Nov/1997, p. 51-71.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, n. 47, 2004, pp. 13-28.

VECCHI, Roberto. A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista. In. BRESCIANI, Maria Stella e NAXARA, Márcia Regina C. (orgs.). **Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

VELARDE, Jaime Cuéllar. **No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)**. Dissertação de Mestrado. Universidade da Amazônia (Unama). Belém-PA. 2012.

\_\_\_\_\_. **O Vermelho nas Letras de Jornais: uma análise dos discursos anticomunistas na imprensa paraense (1961-64)**. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização em Ensino de História do Brasil. Belém (PA): IDEPA, 2005.

## Notas

1 O conteúdo base do artigo foi extraído da dissertação de mestrado intitulada “No Crepúsculo: Memórias Subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)”, defendida em 2012, junto ao Programa de Comunicação, Linguagens e Cultura, da Universidade da Amazônia sob a orientação do Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Para essa

publicação, depois da avaliação dos pareceristas, sofreu significativas modificações e atualizações bibliográficas.

2 Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA - 2010); Especialista em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú (UVA - 2004-2005); Licenciado Pleno e Bacharel em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA-1995-1999). Professor Efetivo da Rede Estadual de Educação do Pará (SEDUC - a partir de 2007). Atuou como Coordenador de Implantação e professor da Faculdade de Educação Tecnológica (FACETE-PA) e como professor nos cursos de graduação da Universidade Vale do Acaraú (UVA/Belém). Atua como Professor do Programa Parfor na Universidade Federal do Pará (Ufpa) e Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Bolsista da Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia, no projeto: Entre Crônicas, Reportagens e Romances, sob a coordenação do Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Pesquisa na área de Memórias e Linguagens de Sujeitos Culturais durante a Ditadura Militar na Amazônia Paraense. Membro da Comissão Nacional da Verdade - Anpuh/PA, do GT Ditadura e Gênero. Membro da Equipe Técnica da Comissão Estadual da Verdade - Pará.

3 Doutor em História Social (PUC-SP, 2009); Mestre em História Social (PUC-SP, 2004); Especialista em Métodos e Técnica em Elaboração de Projetos Sociais (PUC-MG, 2002) e Licenciado Pleno e Bacharel em História (UFPA, 1999). Discute teoricamente Estudos Culturais Britânicos, Latino-Americanos, Pensamento Pós-Colonial e colonial nas interfaces com os campos da História, Museologia, Antropologia, Literatura, Arte, Educação e Comunicação. Tem experiência na área de História Social da Cultura, História Sociocultural da Amazônia Marajoara, História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Afroindígena. Coordena o Grupo de Pesquisa Estudos Culturais na Amazônia (GECA/CNPq/UFPA). Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará (UFPA), lotado no Instituto de Ciências da Arte (ICA), vinculado à Faculdade de Artes (FAV), ao Curso de Museologia e aos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e História Social da Amazônia (PPHIST). Diretor do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Atua especialmente nos temas: Patrimônio, Cosmologia, Religiosidade, Cartografia, Oralidade, Memória, Identidades, Visualidade, Interculturalidade, Saber Local, Cidade-Floresta e Cultura Afroindígena.

4 Em 1964, aquele lugar foi a Quinta Companhia de Guardas com reuniões do CMA (Comando Militar da Amazônia), além de calabouço para aprisionar e deixar incomunicáveis os jovens estudantes acusados de “subversão”. O mesmo espaço foi cenário das angústias do então Deputado Estadual Benedito Monteiro, comunista convicto, local de prisão e torturas mentais. Funcionava onde hoje abriga a Casa das 11 Janelas e compõe o Complexo Turístico Feliz Lusitânia. A Casa foi construída no século 18 como residência de Domingos da Costa Bacelar, proprietário de engenho de açúcar. Em 1768, a mesma foi adquirida pelo governo do Grão-Pará para abrigar o Hospital Real. O projeto de adaptação é do arquiteto bolonhês José Antônio Landi. O hospital funcionou até 1870 e depois a casa passou a ter várias funções militares. Em 2001, o Governo do Estado do Pará assinou com o Exército Brasileiro um convênio, alienando os terrenos da Casa das Onze Janelas e do Forte do Presépio em favor do Estado. Como todo espaço inserido no processo histórico, serviu a diversas finalidade e funções no decorrer dos tempos. Assim, ao refletir as atitudes do Poder Público sobre tal Patrimônio há clareza da multiplicidade das dimensões que o mesmo assume na paisagem urbana e nas relações sociopolíticas nas quais se insere. Apesar disto, penso como dever do Estado criar mecanismos de informação para que a sociedade fique à par das historicidades e

significados da paisagem e patrimônios que lhe pertencem. Inspirado em: <http://migre.me/6ab8U>, acessado em 10.09.11 – às 15h22.

5 Preocupados com os sentidos que o esquecimento sobre os difíceis tempos de ditadura militar na Amazônia Paraense poderiam produzir na atualidade, alguns *sujeitos culturais*, registraram em livros de memórias publicados, percepções das experiências do passado pelos óculos do presente. Entre essas publicações, destacam-se LOUREIRO (2011); NETTO (2003); OLIVEIRA (2010); SERÁFICO (2007, 2010).

6 Ver análise do texto de Sófocles em <http://migre.me/8NOoT> - acessado em 23 de abril de 2012, às 17h43min.

7 Em pesquisa com jornais de circulação na Amazônia Paraense, nos primeiros três anos da década de 1960, antes do Golpe, portanto, junto à seção de Jornais/Obras Raras, da Fundação Tancredo Neves – Centur, constatei discursos jornalísticos com satanização do termo “Comunismo”. As matérias versavam sobre o “Perigo Vermelho”, “Cubanização”, “Avanço Comunista” e outras expressões que instigavam os leitores da região a pensar esse regime sócio-político-econômico como um inimigo a ser combatido. O papel do bispo Dom Alberto Ramos no processo de caça aos padres com ideais comunistas infiltrados nas fileiras da Igreja também é descrito no mesmo trabalho. Sobre a ação dos jornais em circulação na Amazônia Paraense nas vésperas do Golpe Militar ver: (VELARDE, 2005).